

Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 – NIRE 35.300.361.130
CVM 24112 – Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2026.
1. Data, Hora e Local: Ao 12º (décimo segundo) dia do mês de janeiro de 2026, às 14:00, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Ten Meetings* ("Plataforma Digital"), sendo considerada realizada na sede social da Azul S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 8º andar, Edifício Jobabá, Castelo Branco Office Park, Bairro de Tamboré, CEP 06460-040, no município de Barueri, Estado de São Paulo. **2. Publicações e Convocação:** Edital de convocação: (i) publicado no jornal "Folha de São Paulo", na versão impressa, nas edições dos dias 19, 20 e 23 de dezembro de 2025, nas páginas A25, A18 e A25, respectivamente, e na versão digital, nas edições dos dias 19, 20 e 23 de dezembro de 2025, respectivamente, em conformidade com os artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"); (ii) publicado no jornal "Data Mercantil", na versão impressa, nas edições dos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de dezembro de 2025, nas páginas 7, 6 e 5, respectivamente, e na versão digital, nas edições dos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de dezembro de 2025, nas páginas 02, 01 e 10, respectivamente, em conformidade com os artigos 124 e 289 da LSA; e (iii) disponibilizado em 19 de dezembro de 2025 nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e de Relações com Investidores da Companhia. **3. Presença:** Presentes acionistas da Companhia representando 100% (cem por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme registro de presença realizado por meio da Plataforma Digital e mapa sintético consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, disponibilizado pela Companhia em 11 de janeiro de 2026. **4. Mesa:** Alexandre Wagner Malfitani, Presidente; e Edson Massuda Sugimoto, Secretário. **5. Instalação:** Verificado o quórum legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. **6. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (1) A aprovação da conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na razão de 75 (setenta e cinco) ações ordinárias para cada ação preferencial (a "Conversão"), e sua implementação pela administração da Companhia, sujeito à prévia aprovação dos acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia, nos termos do artigo 136, parágrafo 1º, da LSA, e do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia; e (2) Em decorrência da deliberação do item (1) acima, a alteração do Estatuto Social da Companhia para excluir todas as referências às ações preferenciais. **7. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** (i) Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia; e (ii) foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos dos §§ 1º e 2º do Artigo 130 da LSA. **8. Deliberações:** Após o exame e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: (1) Aprovar, por maioria dos votos da totalidade dos acionistas titulares de ações ordinárias, tendo sido computados 725.287.706.701 (setecentos e vinte e cinco bilhões, duzentos e oitenta e sete milhões, setecentos e seis mil, setecentos e um) votos a favor, 702.558.420 (setecentos e dois milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte) votos contrários e nenhuma abstenção, a Conversão de 724.757.380.468 (setecentos e vinte e quatro bilhões, setecentas e cinquenta e sete milhões, trezentas e oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e oito) ações preferenciais, representativas da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia, em ações ordinárias, na razão de 75 (setenta e cinco) ações ordinárias para cada 1 (uma) ação preferencial, com a consequente extinção das ações preferenciais. A razão de 75 (setenta e cinco) ações ordinárias para cada 1 (uma) ação preferencial foi estabelecida pela administração da Companhia com base na relação econômica existente entre as ações preferenciais e as ações ordinárias, nos termos do Artigo 5º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia. Em decorrência da Conversão, o capital social da Companhia, no valor de R\$ 14.573.410.376,61 (quatorze bilhões, quinhentos e setenta e três milhões, quatrocentos e dez mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta e um centavos), passará a ser representado por 55.082.793.840.936 (cinquenta e cinco trilhões, oitenta e dois bilhões, setecentos e noventa e três milhões, oitocentos e quarenta mil, novecentos e trinta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Nos termos do Artigo 5º, parágrafo 14, do Estatuto Social da Companhia, e conforme previamente informado pela administração da Companhia aos acionistas e ao mercado em geral, considerando que o valor patrimonial contábil das ações da Companhia é um valor negativo, o direito de retirada dos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia, nos termos do artigo 137 da LSA, não será aplicável no âmbito da Conversão. Caso contrário, qualquer acionista que optasse por se retirar da Companhia nessas circunstâncias faria jus a um valor de reembolso equivalente a zero real por ação preferencial, abdicando de eventual valor atrelado à sua participação na Companhia. Nos termos do artigo 136, parágrafo 1º, da LSA, e do Artigo 5º, parágrafo 9º, item "VII", do Estatuto Social da Companhia, a eficácia da Conversão está sujeita à sua aprovação prévia pelos titulares de ações preferenciais da Companhia, em sede de Assembleia Geral Especial de Acionistas Preferenciais da Companhia ("AGESEP"), mediante o voto favorável de mais da metade dos titulares das ações preferenciais da Companhia. Considerando que a AGESEP foi realizada na presente data e que a Conversão foi devidamente aprovada pela maioria dos titulares das ações preferenciais da Companhia, a Conversão tornase imediatamente eficaz. (2) Em decorrência das deliberações do item (1) acima, aprovar, por maioria dos votos da totalidade dos acionistas titulares de ações ordinárias, 725.287.706.701 (setecentos e vinte e cinco bilhões, duzentos e oitenta e sete milhões, setecentos e seis mil, setecentos e um) votos a favor, 702.558.420 (setecentos e dois milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte) votos contrários e nenhuma abstenção, a exclusão de todas as referências a ações preferenciais constantes do Estatuto Social da Companhia, em especial, os parágrafos 3º ao 12º do Artigo 5º, o Artigo 12, o Artigo 13, o Artigo 14, o parágrafo 2º do Artigo 43 e o Artigo 55 (conforme as numerações anteriores), assim como quaisquer outras referências às ações preferenciais. Em razão da deliberação aprovada neste item (2), o Estatuto Social da Companhia, conforme alterado na presente data, encontra-se consolidado no Anexo I da presente. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, suspendeu-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada nesta data por todos os presentes. Mesa: Alexandre Wagner Malfitani – Presidente; Edson Massuda Sugimoto – Secretário. Barueri/SP, 12 de janeiro de 2026. Mesa: Alexandre Wagner Malfitani – Presidente; Edson Massuda Sugimoto – Secretário. **Acionistas presentes na Assembleia por meio da Plataforma Digital:** Lucas Oliveira Coutinho Ferreira de Souza, Antônio César Valadares de Oliveira, Afonso Campos Silva, David Gary Neelmann (representado por Edson Massuda Sugimoto), AZUL 1L Creditors' Entity Ltd (representado por Samuel Aguirre e representante CITIBANK N.A como custodiante), AZUL 2L Creditors' Entity Ltd. (representado por Samuel Aguirre e representante CITIBANK N.A como custodiante), Trip Investimentos Ltda., José Mario Caprioli dos Santos, Rio Novo Locações Ltda, Trip Participações S.A. **Anexo I: Estatuto Social Capítulo I – Denominação, Duração, Sede, Objeto e Foro: Artigo 1º – Azul S.A. ("Companhia")** é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações") e pelo Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ("Regulamento do Nível 2"). **§ 1º** – Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa, da B3, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Nível 2. **Artigo 2º** – A Companhia possui prazo de duração indeterminado. **Artigo 3º** – A sede social e foro da Companhia localiza-se no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jobabá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Bairro Tamboré, CEP 06460-040. **Parágrafo Único** – Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º** – A Companhia tem por objeto social deter participação direta ou indireta em outras sociedades de qualquer tipo que tenham como atividades: (a) a exploração dos serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas ou malas postais, em âmbito nacional e internacional, de acordo com as concessões outorgadas pelas autoridades competentes; (b) exploração de atividades complementares de serviço de transporte aéreo por tratamento de passageiros, cargas e malas postais; (c) prestação de serviços de manutenção e reparos de aeronaves, motores, partes e peças, próprias ou de terceiros; (d) prestação de serviços de hangaragem de aviões; (e) prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissária de bordo e limpeza de aeronaves; (f) a aquisição e arrendamento de aeronaves e outros ativos relacionados; (g) o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, próprio ou de terceiros; (h) a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes; (i) a exploração do ramo de Agências de Viagens e Turismo; (j) o desenvolvimento de outras atividades conexas, incidentais, complementares ou relacionadas às atividades anteriores; e (k) participação em outras sociedades. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 5º** – O capital social da Companhia, parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 14.573.410.376,61 (quatorze bilhões, quinhentos e setenta e três milhões, quatrocentos e dez mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta e um centavos), dividido em 55.082.793.840.936 (cinquenta e cinco trilhões, oitenta e dois bilhões, setecentos e noventa e três milhões, oitocentos e quarenta mil, novecentos e trinta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º** – Todas as ações da Companhia são nominativas, sendo facultada a adoção da forma escritural, hipótese em que serão mantidas em contas de depósito abertas em nome de seus titulares, em instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da Lei das Sociedades por Ações. **§ 2º** – Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. **§ 3º** – Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, e termos do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações e observado o prazo fixado pela Assembleia Geral, não inferior a 30 (trinta) dias. **§ 4º** – Na hipótese de retirada de acionistas, o montante a ser pago pela Companhia, a título de reembolso pelas ações detidas pelos acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados pela Lei das Sociedades por Ações, deverá corresponder ao Valor Econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceito pela Lei das Sociedades por Ações, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil apurado de acordo com o artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações. **§ 5º** – É vedada a emissão de partes beneficiárias da Companhia. **Artigo 6º** – A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, no montante total de R\$30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. **§ 1º** – A Companhia poderá, no limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, outorgar opção de compra de ações a seus diretores e empregados ou a indivíduos que prestem serviços à Companhia ou a companhias sob o seu Controle. **§ 2º** – A critério do Conselho de Administração, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o § 4º do

artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, poderá ser realizada a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado. **Artigo 7º** – Todo acionista que adquirir ações de emissão da Companhia, ainda que já seja acionista do Grupo de Acionistas (conforme definido no Artigo 54, § 2º deste Estatuto Social), é obrigado a efetuar as divulgações previstas no Artigo 12 da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e eventuais alterações, quando tais divulgações sejam aplicáveis. Sem prejuízo das demais cominações previstas em lei e na regulamentação da CVM, o acionista que descumprir esta obrigação poderá ter suspensos seus direitos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 11, item "r", deste Estatuto Social, cessando a suspensão tão logo cumprida a obrigação. **Capítulo III – Assembleias Gerais: Artigo 8º** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas, em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social. **Parágrafo Único** – As Assembleias Gerais serão convocadas, nos termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, e instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por qualquer membro do Conselho de Administração ou, ainda, na ausência destes, por qualquer diretor da Companhia presente, escolhido pelos Acionistas. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário, o qual poderá ser acionista ou não da Companhia. **Artigo 9º** – Ressalvadas as hipóteses de quórum qualificado previstas em lei, as deliberações em Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as restrições estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social. **§ 1º** – As atas da Assembleia Geral de Acionistas serão lavradas, salvo decisão em contrário do Presidente da Assembleia, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas, observado o disposto no § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **§ 2º** – A Assembleia Geral de Acionistas somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10º** – O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos, quando aplicável, devendo o acionista depositar na Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da realização da respectiva assembleia, instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei deste Estatuto Social. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade, ou seus poderes de representação, conforme o caso. **Parágrafo Único** – Sem prejuízo do disposto acima, o procurador ou representante legal que comparecer à assembleia geral munido dos documentos referidos no caput deste dispositivo, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. **Artigo 11º** – Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei, observados os quóruns previstos neste Estatuto Social e na legislação aplicável: (a) tomar as contas dos administradores relativas ao último exercício social; (b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal quando instalado e outros documentos, nos termos da regulamentação aplicável; (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (d) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, desde que, em qualquer caso, a remuneração não seja diversa da contemplada nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia; (e) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (f) reformar o Estatuto Social; (g) aprovar planos de incentivo lastreados em ações aos seus administradores e empregados, bem como de suas sociedades controladas, ou ainda a indivíduos que prestem serviços à Companhia ou às suas sociedades controladas; (h) deliberar sobre: (i) o aumento do capital social, que exceda o limite do capital autorizado, ou sua redução; e (ii) a avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (i) deliberar sobre fusão, cisão, transformação, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como transferência de parte substancial dos ativos da Companhia que gere a descontinuidade de suas atividades; (j) deliberar sobre emissão de ações ou de quaisquer valores mobiliários pela Companhia, definição do respectivo preço de emissão e da quantidade de ações, observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social, ou outros valores mobiliários, conforme o caso; (k) deliberar sobre resgate, amortização, desdobramento ou grupamento de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; (l) deliberar sobre recompra e/ou negociação pela Companhia de ações de emissão da própria Companhia ou derivativos nelas referenciados, quando caracterizada uma das hipóteses em que a eficácia da deliberação esteja sujeita à prévia aprovação da Assembleia Geral, nos termos das normas editadas pela CVM; (m) deliberar sobre a recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência; (n) deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia, ou cessação do seu estado de liquidação, bem como eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá atuar no período de liquidação; (o) Sem prejuízo do disposto no Artigo 16, itens "xxy" e "xxvi", deliberar sobre a distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório ou o pagamento de juros sobre capital próprio acima do contemplado nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia; (p) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 2, conforme o previsto no Capítulo VIII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; (q) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; (r) sem prejuízo do disposto no Artigo 16, XVII, deliberar sobre a aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse; e (s) suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social, inclusive no caso do Artigo 12 deste Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão. **Capítulo IV – Administração: Artigo 12º** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social. **§ 1º** – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, nos termos do item 5.4 do Regulamento do Nível 2. **§ 2º** – A Assembleia Geral decidirá a remuneração global dos administradores da Companhia, competindo ao Conselho de Administração o estabelecimento da remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e da Diretoria. **§ 3º** – A investidura nos cargos da administração far-se-á mediante a assinatura de Termo de Posse, lavrado em livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, ficando dispensada qualquer garantia para o exercício de suas funções. **§ 4º** – A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria ficará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, conforme exigido pelo Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **§ 5º** – Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. **§ 6º** – Ressalvado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, os órgãos da administração reunir-se-ão com a presença da maioria de seus respectivos membros, e suas deliberações serão consideradas válidas pelo voto da maioria dos presentes. **Seção I Conselho de Administração: Artigo 13º** – O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 14 (quatorze) membros, acionistas da Companhia ou não, residentes no Brasil ou não, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato inalterado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **§ 1º** – No mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral de que os eleger, sendo também considerado(s) como Conselheiro(s) Independente(s) aquele(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do § 3º abaixo. **§ 2º** – Quando, em decorrência da observância do percentual referido no § 1º deste Artigo, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Nível 2. **§ 3º** – Caso, por qualquer motivo, um cargo de membro efetivo do Conselho de Administração fique vago, os membros remanescentes do Conselho de Administração deverão eleger membro substituto, que exercerá interinamente o mandato até a data da próxima Assembleia Geral a ser realizada, a qual elegerá novo membro, que exercerá o mandato pelo período remanescente até o término do mandato unificado. Para os fins deste §, ocorrerá a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez. **Artigo 14º** – As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, ordinariamente, a cada trimestre, podendo, entretanto, ser realizadas sempre que necessário para as atividades sociais, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de quaisquer 2 (dois) outros membros do Conselho de Administração conjuntamente, por meio de uma notificação por escrito com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) dias. A notificação poderá ser enviada por qualquer meio permitido com aviso de recebimento, inclusive e-mail, contendo o local, data e hora da reunião, bem como um sumário da ordem do dia. **§ 1º** – As reuniões do Conselho de Administração poderão ocorrer por meio de videoconferência ou conferência telefônica. Neste caso, o Conselheiro que participar remotamente da reunião deverá expressar, inequivocamente, seu voto de forma verbal, sendo facultado o envio de carta ou correio eletrônico. **§ 2º** – Para ser devidamente instalada e adotar resoluções válidas, ao menos a maioria dos membros do Conselho de Administração em exercício deve estar presente às reuniões. Em qualquer caso, será considerada devidamente convocada a reunião do Conselho de Administração na qual todos os seus membros em exercício tenham comparecido, independentemente do cumprimento das formalidades para convocação previstas neste Estatuto Social. **§ 3º** – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer Conselheiro escolhido pela maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração que, neste caso, não terá voto de desempate. **§ 4º** – Os diretores e auditores independentes poderão ser convocados a participar das reuniões do Conselho de Administração, a fim de prestar eventuais esclarecimentos que sejam necessários. Será permitida também a participação de terceiros admitidos pelo Conselho de Administração em suas reuniões na qualidade de "Observador(es)", que terão todos os direitos e deveres atribuídos aos demais membros do Conselho, exceto o direito de voto e de cômputo no quórum de instalação das reuniões, sendo tais Observadores admitidos às reuniões do Conselho de Administração mediante a assinatura de termo de confidencialidade apropriado. **§ 5º** – As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo de, pelo menos, a maioria dos membros presentes à reunião. **§ 6º** – As atas das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas em livro competente,

assinadas por todos os Conselheiros presentes. Deverão ser arquivadas no registro público de empresas mercantis e publicadas de acordo com o artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **§ 7º** – O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem tiver ou representar interesse conflitante com os da Companhia. O membro do Conselho de Administração não poderá exercer o direito de voto caso configure, supervenientemente à eleição, conflito de interesse com o da Companhia. **§ 8º** – O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto. **§ 9º** – O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos pela Assembleia Geral, quando da eleição dos membros do Conselho de Administração. **§ 10** – Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão (ou àquele que vier a substituí-lo por qualquer dos motivos elencados nos §§ 11 e 12 deste artigo), além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação. **§ 11** – O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho de Administração. **§ 12** – No caso de vaga do cargo de Presidente do Conselho de Administração, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante. **§ 13** – Os membros do Conselho de Administração não poderão se afastar do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo no caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração. **Artigo 15º** – O Conselho de Administração poderá instituir Comitês, integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia, para assessoralá no desempenho de suas atividades. O escopo, composição e funcionamento de cada Comitê serão definidos pelo Conselho de Administração na deliberação que aprovar sua criação. **Artigo 16º** – Além das matérias listadas no artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações e de outras previsões deste Estatuto Social, o Conselho de Administração terá as seguintes atribuições: I. aprovar o orçamento anual e plurianual, plano de negócios, planos estratégicos e projetos de expansão; II. aprovar a aquisição, venda, transferência ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia e a concessão de garantias em valores superiores a 3% (três por cento) da receita líquida verificada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício fiscal, quando essas operações estiverem fora do curso ordinário de negócios de uma companhia atuante no setor da Companhia, observado o disposto no Artigo 29; III. deliberar sobre emissão de ações ou de quaisquer valores mobiliários pela Companhia, definição do respectivo preço de emissão e da quantidade de ações ou outros valores mobiliários quando a competência para tal deliberação puder ser tomada pelo Conselho de Administração nos termos da lei; IV. autorizar a Companhia a oferecer garantias a obrigações de terceiros em valores superiores a 3% (três por cento) da receita líquida verificada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício fiscal, exceto quando se tratar de garantias do tipo incorrido por companhias no setor de atuação da Companhia no curso regular de seus negócios; V. convocar a Assembleia Geral da Companhia; VI. outorgar opção de compra de ações e ações restritas a administradores e empregados da Companhia ou de suas sociedades controladas, sem direito de preferência aos acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral; VII. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo para) o exercício do direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei; VIII. escolher e substituir os auditores independentes, sendo que a empresa de auditoria externa elaborará informações para o Conselho de Administração, mediante solicitação do Conselho de Administração e no limite da sua competência, podendo o Conselho de Administração pedir esclarecimentos sempre que entender necessário; IX. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a determinação das metas e estratégias de negócios a serem atingidas pela Companhia, zelando por sua boa execução; X. eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as funções, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores; XI. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos; XII. manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria, e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; XIII. apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia; XIV. manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral; XVI. aprovar a negociação, cessão, transferência ou alienação de quaisquer bens intangíveis; XVII. aprovar a constituição de ônus de qualquer natureza, real ou pessoal, sobre ativos fixos da Companhia, em valores superiores a 3% (três por cento) da receita líquida verificada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício fiscal, exceto no caso de penhora judicial, arresto ou sequestro judicial; XVIII. aprovar a Política de Transações com Partes Relacionadas bem como a realização de quaisquer transações envolvendo Partes Relacionadas que, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, exijam sua aprovação; XVIII. aprovar a contratação de obrigações financeiras não contempladas no plano anual ou no orçamento da Companhia ou de suas Controladas e cujos valores sejam superiores a 3% (três por cento) da receita líquida verificada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício fiscal, observado o disposto no Artigo 29; XIX. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de comercial papers e bônus de subscrição; XX. definir lista triplíce de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 2; XXI. autorizar a Diretoria da Companhia a requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia, após autorização da Assembleia Geral; XXII. deliberar sobre qualquer reestruturação financeira envolvendo direta ou indiretamente a Companhia ou suas Controladas; XXIII. aprovar o Código de Ética e Conduta da Companhia; XXIV. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria; XXV. opinar sobre a distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório e deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, nos termos do Artigo 32, § 3º, deste Estatuto Social, ainda que excedam o valor estabelecido para o dividendo mínimo obrigatório da Companhia; XXVI. deliberar sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 33 deste Estatuto Social, ainda que acima do contemplado nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia; XXVII. deliberar sobre a celebração de acordo vinculante (incluindo, mas não se limitando a, memorando de entendimentos, carta de intenção e termo de acordo) para Combinação de Negócios ou qualquer outra operação similar pela Companhia; XXVIII. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) o preço da oferta pública de aquisição; (ii) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (iii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iv) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (v) a descrição das alterações relevantes na situação financeira da Companhia, ocorridas desde a data das últimas demonstrações financeiras ou informações trimestrais divulgadas ao mercado; (vi) demais aspectos relevantes para a decisão do acionista; (vii) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; XXIX. supervisionar e garantir o cumprimento, pela Companhia, dos termos e condições dos instrumentos firmados pela Companhia e suas afiliadas em relação às transações necessárias para a reestruturação das dívidas da Companhia, conforme estabelecido e delineado nos termos do Acordo de Suporte à Transação (Transaction Support Agreement) celebrado, em 27 de outubro de 2024, com os detentores de títulos de dívida (notes) com garantia e vencimentos em 2028, 2029 e 2030, e das debêntures da 1ª emissão de debêntures conversíveis da Companhia (Credores Apoiadores), incluindo, nas não se limitando, aos instrumentos, escrituras, contratos de garantia relacionados direta ou indiretamente: (i) às notas seniores superprioritárias de taxa flutuante PIK com vencimento em 2030 (Floating Rate Superpriority PIK Toggle Notes Due 2030); (ii) às notas seniores garantidas em primeiro grau, com mesmo vencimento em 2028 e juros de 11,930% (11.930% Senior Secured First Out Notes Due 2028); (iii) às debêntures da 1ª emissão de debêntures conversíveis da Azul S.A. (AZUL11) ("Debêntures Conversíveis"); (iv) às notas seniores garantidas em uma base de segundo grau e juros de 11,500% com vencimento em 2029 (11.500% Senior Secured Second Out Notes Due 2029); (v) às notas seniores garantidas em segundo grau e juros de 10,875% (10.875% Senior Secured Second Out Notes Due 2030); e (vi) as transações a serem consumadas no âmbito do disposto acima, incluindo a emissão de notas permutáveis e conversão em capital social; e XXX. deliberar sobre a recompra e/ou negociação pela Companhia de ações de emissão da própria Companhia ou derivativos nelas referenciados, exceto pelo disposto no Artigo 11, item "r" deste Estatuto Social. **Seção II Diretoria: Artigo 17º** – A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, todos residentes no Brasil, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo necessariamente 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e até 4 (quatro) Diretores, com ou sem designação específica, sendo permitida a cumulação de cargos. **§ 1º** – Os Diretores serão eleitos pelo voto da maioria dos membros do Conselho de Administração, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo, em livro próprio, observado o disposto no Artigo 12, § 4º, deste Estatuto Social. A Diretoria deverá ser constituída por profissionais de comprovada experiência e capacidade de atuação em sua respectiva área de responsabilidade, devendo tais profissionais atender aos requisitos estabelecidos na lei e no Estatuto Social para o exercício de suas funções. **§ 2º** – Os Diretores poderão ser destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Uma vez destituído um Diretor, o Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias contados da vacância, deverá eleger o substituto pelo restante do prazo de mandato. No mesmo sentido, ocorrendo impedimento ou ausência temporária de qualquer membro da Diretoria superior a 60 (sessenta) dias, deverá o Conselho de Administração reunir-se imediatamente e eleger o substituto para completar o mandato deixado vago. Caberá ao Diretor Presidente exercer as funções do respectivo membro da Diretoria até o seu retorno ou a posse do substituto, conforme aplicável. **§ 3º** – A Diretoria de Relações com Investidores poderá ser exercida por um Diretor de Relação com Investidores, ou, cumulativamente, por qualquer outro membro da Diretoria. **§ 4º** – O Conselho de Administração designará entre os diretores da Companhia aquele incumbido das funções de Diretor de Relações com Investidores, a quem caberá divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia, bem como incumbir-se do relacionamento

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/02/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2026, às 14h00, da Azul S.A. da Companhia com todos os participantes do mercado e com as entidades reguladoras e fiscalizadoras. **§ 5º** – Compete ao Diretor Presidente coordenar as atividades da Diretoria e supervisionar todas as atividades da Companhia. **§ 6º** – Compete ao Diretor Vice-Presidente Financeiro executar as atividades de análise, acompanhamento e avaliação do desempenho financeiro da Companhia, conforme orientação da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e da execução do Plano de Negócios; fornecer informações relativas ao desempenho da Companhia periodicamente à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração; coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia, bem como a sua apresentação aos auditores externos, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, se em funcionamento. **§ 7º** – Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) representar a Companhia, privativamente, perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (ii) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (iii) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (iv) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em lei; (v) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (vi) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; (vii) zelar pelo cumprimento e execução das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários; e (viii) seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia. **§ 8º** – Sem prejuízo das atribuições que o Conselho de Administração vier a designar para os demais diretores, o Diretor Presidente poderá fixar outras atribuições para os mesmos. **Artigo 18** – A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por qualquer membro da Diretoria, sempre que os interesses sociais o exigirem, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante carta com aviso de recebimento, fax ou mensagem eletrônica. A presença de todos os diretores permitirá a regular realização das reuniões da Diretoria independentemente de convocação. As reuniões serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, sendo as respectivas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvado que no caso de empate, será atribuído ao Diretor Presidente o voto qualificado para aprovar ou rejeitar a matéria em discussão. **§ 1º** – As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente. **§ 2º** – As reuniões da Diretoria poderão ocorrer por meio de videoconferência ou conferência telefônica. Neste caso, o Diretor que participar remotamente da reunião deverá expressar, inequivocamente, seu voto de forma verbal, sendo facultado o envio de carta ou correio eletrônico. Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas em livro competente, assinadas por todos os Diretores presentes. **Artigo 19** – Compete à Diretoria a representação da Companhia, a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalar títulos em geral, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, que também poderão ser realizados por procurador devidamente constituído, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social. **Artigo 20** – Compete, ainda, à Diretoria: (a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (b) representar a Companhia, ativa e passivamente, em conformidade com as atribuições e poderes estabelecidos neste Estatuto Social e pela Assembleia Geral; (c) deliberar sobre abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia em qualquer parte do País ou do exterior; (d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (e) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, bem como o orçamento anual; (f) elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes; (g) propor alterações no Código de Ética e Conduta da Companhia ao Conselho de Administração, quando necessárias e com apoio do Comitê de ESG; (h) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, bem como sobre divergência entre seus membros; e (i) apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas. **Artigo 21** – A representação da Companhia, em qualquer ato que crie responsabilidade para a Companhia ou libere terceiros de obrigações perante a Companhia, incluindo a representação da Companhia em juízo, ativa ou passivamente, compete: (i) ao Diretor Presidente isoladamente; (ii) a quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto, ou (iii) a 1 (um) procurador com poderes especiais, isoladamente, desde que tal procurador tenha sido nomeado pelo Diretor Presidente, na forma do Artigo 23 deste Estatuto Social. **Parágrafo Único** – A Companhia pode ser representada por um único Diretor ou procurador: (i) nas assembleias gerais ou reuniões de sócios de sociedades das quais ela participe; (ii) em atos ou operações da Companhia no exterior; (iii) perante órgãos de qualquer esfera de governo, conselhos ou associações profissionais ou sindicatos de trabalhadores; e (iv) em quaisquer atos ordinários que não criem responsabilidade para a Companhia. **Artigo 22** – As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia pelo Diretor Presidente isoladamente, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas com a cláusula *ad judicium*, terão um período de validade limitado ao máximo de 1 (um) ano, observados os limites estipulados pelo Conselho de Administração, por este Estatuto Social ou pela lei. **Parágrafo Único** – Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 01 (um) ano. **Artigo 23** – São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado que envolvam a Companhia em obrigações e negócios ou operações estranhos ao seu objeto social. **Seção III: Comitê de Auditoria Estatutário: Artigo 24** – O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo sua maioria de membros independentes, nos termos da legislação em vigor. Dos membros independentes do Comitê de Auditoria Estatutário: (i) ao menos 2 (dois) deverão ser Conselheiros Independentes, sendo um deles designado como Coordenador de tal comitê; e (ii) ao menos 1 (um) dos membros independentes deverá possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. O Conselho de Administração aprovará o regulamento aplicável ao Comitê de Auditoria Estatutário, o qual estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, prazo dos mandatos e requisitos de qualificação de seus membros, entre outras matérias. **Artigo 25** – Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, entre outras matérias: (a) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (b) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (c) supervisionar as áreas de controles internos e auditoria interna da Companhia; (d) supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (e) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia; (f) monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; (g) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras da Companhia; (h) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia; (i) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com Partes Relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidências; e (j) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (i) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (ii) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras da Companhia. **Seção IV – Comitê de Remuneração: Artigo 26** – O Comitê de Remuneração, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, será composto por 3 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração, e terá seu regulamento aprovado por meio de reunião do Conselho de Administração, o qual estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões do Comitê de Remuneração, prazo dos mandatos e requisitos de qualificação de seus membros, entre outras matérias. **§ 1º** – No mínimo 2 (dois) dos membros do Comitê de Remuneração deverão ser Conselheiros Independentes. **§ 2º** – O Comitê de Remuneração será coordenado por um de seus membros independentes, que terá a prerrogativa de convocar reuniões extraordinárias e determinar a pauta das discussões a serem realizadas. **Artigo 27** – Compete ao Comitê de Remuneração organizar, administrar e interpretar planos de incentivos lastreados em ações e resolver situações não previstas nos referidos planos, ou conflitos relacionados a eles. **Seção V – Comitê de ESG: Artigo 28** – O Comitê de *Environmental, Social & Governance*, ou simplesmente “Comitê de ESG”, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, será composto por 4 (quatro) membros indicados pelo Conselho de Administração, o qual estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões do Comitê de ESG, prazo dos mandatos e requisitos de qualificação de seus membros, entre outras matérias. **§ 1º** – No mínimo 2 (dois) dos membros do Comitê de ESG deverão ser Conselheiros Independentes. **§ 2º** – O Comitê de ESG será coordenado por um de seus membros independentes, que terá a prerrogativa de convocar reuniões extraordinárias e determinar a pauta das discussões a serem realizadas. **Artigo 29** – Compete ao Comitê de ESG: I – Elaborar e realizar a contínua avaliação do plano e estratégia de ESG instituído pela Companhia (“Plano de ESG”), verificando a consolidação dos planos de ação orquestrados, bem como outras propostas e iniciativas que envolvem a temática em questão, elaborando o modelo organizacional em referência alinhado aos procedimentos internos a serem tomados e às estruturas organizacionais necessárias para a implementação do Plano de ESG; II – Ana-

lisar e apoiar a Diretoria nas atualizações, alterações e inovações do Código de Ética e Conduta da Companhia; III – Realizar o acompanhamento dos compromissos de natureza ambiental, social e econômica e de governança corporativa assumidos pela Companhia, por meio do monitoramento das ações dos grupos de trabalho voltados para ESG, bem como recomendar ao Conselho de Administração a aprovação de normas e procedimentos corporativos referentes às questões de ESG e a adoção de ações para a sua divulgação e para o monitoramento do seu cumprimento; IV – Revisar o painel de metas e indicadores do Plano de ESG da Companhia, bem como identificar e propor melhorias à estrutura, aos mecanismos e às práticas de governança da Companhia, de forma a manter em conformidade com a legislação aplicável e com as melhores práticas do mercado; V – Incentivar o acompanhamento das tendências dos temas relacionados à sustentabilidade do negócio e propor a adoção, pela Companhia, de políticas globais, nacionais, regionais ou locais referentes à sustentabilidade empresarial; VI – Identificar, abordar e tratar situações que envolvam temas e abordagens de ESG que possam ter o potencial de impactar a imagem, reputação e o patrimônio da Companhia, pelo fato de possuírem aspectos que possam causar um relevante impacto nos negócios, nos relacionamentos e na imagem da Companhia, mitigando, dessa maneira, os riscos eventuais; VII – Analisar os relatórios gerenciais advindos do Canal de Denúncia da Companhia, bem como acompanhar o andamento das apurações e investigações demandadas pelo Comitê de Ética e Conduta, e revisar e propor atualizações no Código de Ética e Conduta da Companhia, quando necessário; VIII – Recomendar a adoção, adesão, ingresso, manutenção ou a continuidade da Companhia em “Protocolos”, “Princípios”, “Acordos”, “Factos”, “Iniciativas” e “Tratados” nacionais ou internacionais, direta ou indiretamente relacionados com ESG; IX – Recomendar ao Conselho de Administração, quando pertinente, a implementação de programas de desenvolvimento ou aprimoramento para os membros da administração, executivos ou colaboradores, no intuito de promover o treinamento e difundir os conhecimentos de ESG, bem como promover o fortalecimento da cultura de ESG na Companhia; X – Participar da elaboração e atualização de relatórios que demonstrem o desempenho ESG da Companhia às partes interessadas (stakeholders); XI- Prestar suporte e apoio na manutenção da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, sempre que cabível, nos termos Política de Transações com Partes Relacionadas; e XII- Opinar sobre: (I) a venda ou transferência de bens do ativo permanente da Companhia em valores superiores a 3% (três por cento) da receita líquida verificada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do último exercício fiscal, quando essas operações estiverem fora do curso ordinário de negócios de uma companhia atuante no setor da Companhia; (II) a realização de quaisquer transações envolvendo Partes Relacionadas que, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, exijam sua aprovação; e (III) a contratação de obrigações financeiras não contempladas no plano anual ou no orçamento da Companhia ou de suas controladas e cujo valor seja superior ao equivalente em Reais a US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos) convertido pela taxa PTAX de venda publicada pelo Banco Central do Brasil em sua página na internet na data da transação. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 30** – A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente composto por 3 (três) membros e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação, que fixará também a remuneração de seus membros, respeitado o limite legal. O Conselho Fiscal poderá ser instalado nos exercícios sociais em que houver solicitação dos acionistas, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações aplicáveis. **§ 1º** – Quando instalado, o Conselho Fiscal terá as atribuições que lhe são conferidas por lei. **§ 2º** – A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio. **§ 3º** – A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anúncia dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **§ 4º** – Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **§ 5º** – Além dos impedimentos previstos em lei, não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outras, a eleição da pessoa que: (a) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de Controlador ou Controlada de concorrente; (b) seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de Controlador ou Controlada de concorrente. **§ 6º** – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto no § 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 31** – Quando instalado, o Conselho Fiscal reunir-se-á, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. **§ 1º** – Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. **§ 2º** – O Conselho Fiscal manifestar-se-á por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. **§ 3º** – Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanco, Lucros e Dividendos: Artigo 32** – O exercício social coincidirá com o ano do calendário, tendo início em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. **§ 1º** – Ao final de cada exercício social, a Diretoria deverá preparar um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras devidas, conforme as disposições legais vigentes e o Regulamento do Nível 2. **§ 2º** – Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado, o Conselho de Administração deverá submeter à Assembleia Geral Ordinária, para aprovação, a proposta de alocação do lucro líquido, de acordo com as previsões deste Estatuto Social. **§ 3º** – O Conselho de Administração poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados, observadas as previsões legais aplicáveis. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 33** – A Companhia poderá pagar a seus acionistas, com a aprovação do Conselho de Administração, juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 9, § 7º, da Lei nº 9.249/95 e das demais leis e regulamentações aplicáveis, os quais podem ser deduzidos do dividendo mínimo obrigatório. Qualquer pagamento em conformidade com este Artigo deverá integrar, para todos os fins, o valor dos dividendos distribuídos pela Companhia. **Artigo 34** – Quaisquer prejuízos acumulados e reservas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido deverão ser deduzidos dos resultados do exercício social, antes do pagamento de qualquer participação. **§ 1º** – Os lucros líquidos calculados conforme o *caput* deste Artigo serão aplicados como segue: I – 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; II – valor para a formação de reservas de contingência e a reversão dessas mesmas reservas constituídas em anos anteriores; III – 0,1% (zero vírgula um por cento) do saldo do lucro líquido, após as deduções referidas nas previsões anteriores e o ajuste previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, deverá ser distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório; e IV – o saldo remanescente, após a eventual retenção de lucros, com base em orçamento de capital aprovado em assembleia geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 36 deste Estatuto Social, será distribuído como dividendo. **§ 2º** – O dividendo mínimo obrigatório não deverá ser pago aos acionistas com relação ao exercício social em que a administração da Companhia informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia, desde que atendido o previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações. **§ 3º** – Os dividendos, salvo deliberação em contrário, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **Artigo 35** – Dividendos e juros sobre o capital próprio não percebidos no prazo de 3 (três) anos da data de sua disponibilização aos acionistas serão revertidos à Companhia. **Artigo 36** – A Diretoria da Companhia deverá preparar anualmente, antes do início de cada exercício social, um plano de negócios por escrito para a Companhia, que incluirá como anexos orçamentos operacionais por rubrica (*line item operating*) e orçamentos de dispêndio de capital (*capex*) para o exercício social a seguir, bem como margens para a remuneração da Diretoria. O plano de negócios será submetido ao Conselho de Administração para apreciação e aprovação, ao longo do último trimestre de cada exercício social. **Capítulo VII – Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Nível 2: Artigo 37** – A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações e demais valores mobiliários conversíveis em ações detidas pelos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a assegurar aos demais acionistas titulares de ações ordinárias as mesmas condições e o mesmo preço por ação pago por ação ordinária ao Acionista Controlador Alieneante. **Parágrafo Único** – A oferta pública de que trata este Artigo será exigida ainda: (i) quando houver cessação onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do Controle de sociedade que deter o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alieneante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor. **Artigo 38** – Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 37 acima; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos. **Artigo 39** – A Companhia não registrará: (a) quaisquer transferências de propriedade de suas ações para o Adquirente ou para aqueles que vierem a deter o Poder de Controle enquanto este(s) acionista(s) não subscrever(em) o Termo de Anúncia dos Controladores a que alude o Regulamento do Nível 2; e (b) em sua sede Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anúncia dos Controladores referidos no item “a” acima. **Artigo 40** – Aquele que atingir participação de 30% (trinta por cento) de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Participação Acionária Relevante”) estará obrigado a efetivar oferta pública de aquisição de ações e valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia. **Parágrafo Único** – O preço a ser ofertado aos titulares de ações

ordinárias será o maior preço pago pelo acionista adquirente para aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento da Participação Acionária Relevante, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária. **Artigo 41** – Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 43 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 42** – A saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa deverá ser: (i) aprovada pelo Conselho de Administração; e (ii) comunicada à B3 por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias. **Parágrafo Único** – Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 43 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 43** – O laudo de avaliação mencionado nos Artigos 41 e 42, § único, deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e Controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do artigo 8º, § 1º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no artigo 8º, § 6º da Lei das Sociedades por Ações. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tripartite, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, devendo ser respeitado o quórum estabelecido no artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação. Os custos de elaboração do laudo deverão ser suportados integralmente pelo ofertante. **Artigo 44** – O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no Parágrafo Único do Artigo 37 deste Estatuto Social se a Companhia sair do Nível 2 de Governança Corporativa em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”) ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação. **Artigo 45** – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Parágrafo Único do Artigo 42 acima. **§ 1º** – A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverão(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. **§ 2º** – Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta. **Artigo 46** – A saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 41 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **§ 1º** – O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* deste Artigo. **§ 2º** – Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*. **§ 3º** – Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2. **§ 4º** – Caso a Assembleia Geral mencionada no § 3º acima deliberar pela saída da Companhia do Nível 2, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverão(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. **Artigo 47** – É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VIII, no Regulamento do Nível 2 ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. **Artigo 48** – Os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo VIII, no Regulamento do Nível 2 ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista ou terceiro. O acionista não se exime da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição de ações até que seja concluída, com observância das regras aplicáveis. **Parágrafo Único** – Não obstante o previsto nos Capítulo VIII deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas nos referidos artigos. **Capítulo VIII – Arbitragem: Artigo 49** – A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2. **Parágrafo Único** – Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. **Capítulo IX – Liquidação e Dissolução: Artigo 50** – A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei ou mediante decisão da Assembleia Geral de Acionistas. **Parágrafo Único** – A Assembleia Geral nomeará o liquidante e o Conselho Fiscal deverá funcionar no período de liquidação. **Capítulo X – Definições: Artigo 51** – Para fins deste Estatuto Social, os termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados, sem prejuízo de outros termos nele definidos: (a) “Acionista Controlador” significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia; (b) “Acionista Controlador Alieneante” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia; (c) “Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es) o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia; (d) “Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, independentemente de espécie ou classe, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores da Companhia e aquelas em tesouraria; (e) “Adquirente” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alieneante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia; (f) “Alienação de Controle da Companhia” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle; (g) “Conselheiro Independente” terá o significado atribuído no Regulamento do Nível 2. (h) “Controle” (bem como seus termos correlatos, “Poder de Controle”, “Controlador”, “sob Controle comum” ou “Controlada”) significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante; (i) “Derivativos” significa títulos e valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos tendo como lastro ou objeto valores mobiliários de emissão da Companhia; (j) “Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja etamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (ii) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (iii) que estejam sob Controle comum; (k) “Outros Direitos de Natureza Societária” significa: (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (iii) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia; (l) “Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM. (m) “Combinação de Negócios” significa qualquer combinação de negócios (seja através de fusão, transformação, incorporação, incorporação de ações, aquisição, cisão, ou outra forma de reorganização societária ou qualquer combinação de negócios) entre a Companhia e uma empresa ou negócio (incluindo por meio de subsidiárias) do mesmo setor e que sejam, ou tenham sido, em 17 de dezembro de 2024, listados ou cujas ações sejam, ou tenham sido, em 17 de dezembro de 2024, negociadas publicamente em qualquer bolsa de valores nos Estados Unidos da América ou no Brasil. **Artigo 52** – Os casos omissos neste Estatuto Social devem ser resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Nível 2. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 15.137/26-0 em 30/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/02/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





Minsk Securitizadora de Títulos Comerciais S.A.

CNPJ nº 44.272.393/0001-68 - NIRE 35.300.580.567
Ata de Assembleia Geral Extraordinária

1. **Data, Hora e Local:** Aos 25 dias do mês de outubro de 2024, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 23, Sala 1, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011. 2. **Presença:** Presentes acionistas que representam a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro Próprio. 3. **Mesa:** Presidente: **João Guilherme Braga Carvalho**, Secretária: **Clara Veloso Luciano Pereira**. 4. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. 5. **Ordem do Dia e Deliberações:** 5.1 Aprovar o aumento do **Capital Social** da Companhia de **R\$ 16.381.920,00** (dezesseis milhões, trezentos e oitenta e um mil, novecentos e vinte reais), dividido em 16.381.920 (dezesseis milhões, trezentos e oitenta e um mil, novecentos e vinte) ações, **para R\$ 22.156.500,00** (vinte e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil e quinhentos reais), por meio da emissão de 5.774.580 (cinco milhões, setecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta) de novas ações, sendo todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas nos termos do **Boletim de Subscrição** que constitui o **Anexo I** desta Ata. Em razão do aumento, a Companhia passará a ler o capital social de **R\$ 22.156.500,00** (vinte e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, quinhentos reais), dividido em 22.156.500 (vinte e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, quinhentas ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com valor de emissão de **R\$ 1,00 (um real) cada uma**. 5.2 Aprovar todas as demais propostas de modificação do **Estatuto Social** da Companhia, cuja redação consolidada constitui o **Anexo II** da Ata referente a esta Assembleia Geral. 5.3 Autorizar a lavratura da Ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei nº 6.404/76. 6. **Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a Assembleia Geral e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o parágrafo 1º, do art. 130, da Lei nº 6.404/76, a qual, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Confere com o original lavrado em livro próprio, sendo signatários do sumário dos fatos ocorridos na Assembleia: **João Guilherme Braga Carvalho** e **Clara Veloso Luciano Pereira**. São Paulo/SP, 25 de outubro de 2024. JUCESP nº 239.676/25-7 em 04/07/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Objeto, Sede, Foro e Prazo de Duração. Artigo 1º - A Minsk Securitizadora de Títulos Comerciais S.A. é sociedade anônima de capital fechado e com propósito específico, que se regerá por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º -** A Companhia tem por objeto social: (i) aquisição e securitização de recebíveis e demais ativos por meio da emissão e colocação no mercado, sempre em ambiente privado, de valores mobiliários, podendo realizar negócios pertinentes ou relativos à securitização de créditos comerciais e industriais; e (ii) aquisição e securitização de ativos empresariais oriundos de operações praticadas por empresas, indústrias, comerciais ou de serviços, com fluxo de recebimento futuro ou já vencidos, performados ou a performar, representados por duplicatas, cheques pré-datados, recebíveis de cartão de crédito, contratos de aluguel, contratos de fornecimento de mercadorias ou produtos, para entrega futura e outros. **Parágrafo Único.** Desde que não seja vedado por lei ou órgão regulador em razão das suas atividades principais e de seu propósito específico, a Companhia poderá realizar outras atividades complementares e/ou incidentais às que compõem seu objeto, tais como: consultoria empresarial e gestão de contratos de terceiros; prestação de serviços de apoio às empresas por meio da negociação de direitos creditórios de terceiros; participar em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista, no país ou no exterior. **Artigo 3º -** A Companhia tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 23, Sala 1, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011. **Parágrafo Único.** Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º -** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social e Ações. Artigo 5º -** O Capital Social da Companhia é de **R\$ 22.156.500,00** (vinte e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, quinhentos reais), dividido em 22.156.500 (vinte e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, quinhentas) ações, sendo todas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com valor de emissão de **R\$ 1,00 (um real) cada uma**. **§1º -** As ações são indivisíveis perante a Companhia, sendo todas ordinárias e/ou preferenciais, nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. **§2º -** Cada ação ordinária confere ao seu titular direito a um voto nas Assembleias Gerais. **§3º -** A capitalização de lucros ou ele reservas será obrigatoriamente efetuada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **§4º -** Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **§5º -** A alteração deste Estatuto Social, na parte que regula a diversidade ele espécies e/ou classes de ações, não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. **§6º -** A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. **§7º -** A Propriedade das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular e serão registradas no "Livro de Registro de Ações Nominativas" da Companhia. **§8º -** As ações preferenciais emitidas pela Companhia não terão direito de voto, consistindo sua preferência: (i) no recebimento prioritário de dividendos (em montante equivalente a, no mínimo, 8% (oto por cento) dos lucros auferidos no exercício, ou percentual definido em Assembleia Geral, respeitados os interesses e condições sociais; ou (ii) na prioridade do reembolso do capital (nas hipóteses legais), sem prêmio, e com base de valor do patrimônio líquido ou econômico da Companhia. **§9º -** A responsabilidade dos acionistas é, na forma da legislação em vigor, limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. **§10º -** As bonificações e dividendos serão distribuídos aos acionistas em razão de suas participações no capital social da Companhia. **§11º -** Os acionistas terão preferência para subscrição de ações nos aumentos do capital social, conforme definido em lei, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da Assembleia Geral que tiver aprovado o aumento do capital, ou do edital que constancie as deliberações da Assembleia Geral, respeitada a mesma espécie e classe das ações, na proporção das que possuírem. **§12º -** O direito de preferência de que cuida o parágrafo acima não alcança os aumentos de capital decorrentes da conversão de debêntures e demais títulos previstos no artigo 171, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76. **Artigo 6º -** Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cauteles. **Parágrafo Único.** Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. **Artigo 7º -** O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 8º -** A Companhia somente registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III. Da Administração. Artigo 9º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 1 (um) e no máximo 5 (cinco) Diretores, sendo um Diretor Presidente e os demais sem designação específica, denominados apenas Diretores, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. **§1º -** O mandato dos administradores será de 3 (três) anos, sendo prorrogado automaticamente e por iguais e sucessivos períodos até a eleição e posse dos respectivos substitutos. Os administradores permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até que seus substitutos sejam eleitos e formalmente empossados, conforme previsto no §4º, do artigo 150, da Lei nº 6.404/76. **§2º -** A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo de posse específico, lavrado e arquivado na sede da Companhia. Os Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades, observado o quanto previsto no §1º acima. **§3º -** Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, salvo se eleito nos termos do §1º acima. **§4º -** Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem o Diretor Presidente indicar. **§5º -** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 10 -** A Diretoria, na pessoa do Diretor Presidente, terá poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de atos e realização de operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto, em especial o parágrafo único do Artigo 11. **§1º -** Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete ao Diretor Presidente: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) atribuir funções e fiscalizar a gestão e execução dos trabalhos dos demais Diretores individualmente, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (c) preparar e apresentar de forma prévia, expressa e mensal os relatórios, contas, orçamentos e propostas para aprovação da Assembleia Geral; e (d) distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores fixada em Assembleia Geral, se for o caso. **§2º -** A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social (podendo realizar-se de modo presencial ou virtual), sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita sempre pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo torem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. **§3º -** As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião e, em caso de empate, o Diretor Presidente decidirá. **Artigo 11 -** O Diretor Presidente terá a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhe executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. **§1º -** Desde que não tenham sido objeto do orçamento mensal com prévia aprovação (conforme previsto no §1º do Artigo 10), a prática de quaisquer atos (tais como os abaixo indicados a título exemplificativo) que envolvam - direta ou indiretamente - valores superiores a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por mês, cada um(a), dependerá, para sua validade perante a Companhia e terceiros, de aprovação prévia, expressa e por escrito da Assembleia Geral, que poderá ser concedida por qualquer forma de comunicação expressa e passível de comprovação, sendo facultativa a realização da Assembleia de modo formal e presencial, bem como o arquivamento de sua respectiva Ata: (a) assinatura ou endosso de títulos de crédito, contratos de empréstimos bancários, assunção de dívidas e obrigações; (b) negociação, desistência e/ou renúncia de direitos; (c) alienação de bens móveis e/ou imóveis da Companhia; (d) alienação de qualquer imobilizado, participações acionárias e investimentos de qualquer natureza; (e) celebração de qualquer contrato, compromisso, em especial, mas não se limitando a, contratos de câmbio e similares, contratos de empréstimos e similares, cédulas de créditos bancários, cédula de crédito rural, inclusive os respectivos instrumentos de garantia, leasing, assunção de dívida, emissão de títulos; prestar fianças, avais, endossos; (f) negócios jurídicos em geral, dentro ou fora do estatuto social da companhia; (g) aprovação ou deliberação, a qualquer título, envolvendo qualquer valor em sociedades nas quais a Companhia detenha qualquer participação. **§2º -** As aprovações concedidas pela Assembleia Geral poderão ser formalizadas por meio do e-mail assembleiageraldeliberacao@gmail.com, valendo a respectiva correspondência eletrônica como instrumento apto e válido à aprovação e/ou ratificação dos atos e operações praticados pelo Diretor Presidente, desde que contenha descrição específica e pormenorizada sobre a matéria deliberada, sendo facultativa a realização da Assembleia de modo formal e presencial, bem como o arquivamento de sua respectiva Ata. **Artigo 12 -** A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, mediante a assinatura isolada do Diretor Presidente, desde que mediante aprovação prévia da Assembleia Geral. **Parágrafo Único.** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente, conforme previsto no *caput* deste Artigo, devendo especificar o(s) poder(es) concedido(s) e terão prazo certo de duração, limitado a 1 (um) ano, exceto no caso de outorga de poderes da cláusula *adjudicia et extra*, que poderá ser por prazo indeterminado. **Capítulo IV. Assembleia Geral. Artigo 13 -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **§1º -** A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. **§2º -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria absoluta do capital social, não se computando os votos em branco. **§3º -** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do §1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 3 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **§4º -** A Assembleia Geral é órgão soberano da Companhia e tem poderes e atribuições que são conferidos por lei. **§5º -** A Assembleia Geral tem competência para decidir sobre todos os assuntos de interesse da Companhia, à exceção dos que forem reservados à competência exclusiva da Diretoria. **§6º -** As aprovações concedidas pela Assembleia Geral, conforme previsto no Capítulo III deste Estatuto, poderão ser concedidas por qualquer meio de comunicação expressa e passível de comprovação de entrega/recebimento, sendo facultativa sua realização de modo formal e presencial, bem como o arquivamento de sua respectiva Ata. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 14 -** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. **§1º -** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º -** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI. Exercício Social e Lucros. Artigo 15 -** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 16 -** Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, caberá à Assembleia Geral definir a destinação dos valores e/ou sua distribuição entre os acionistas. **Artigo 17 -** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados ela publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 18 -** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação ela Assembleia Geral, dividendos a conta ele lucros apurado nesses balanços, por conta cio total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. **§1º -** Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que se refere o §1º do artigo 16. **§2º -** Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. **§3º -** Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII. Liquidação. Artigo 19 -** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. **§1º -** A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e lixar-lhe a remuneração. **§2º -** A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. São Paulo/SP, 25 de outubro de 2024.

OAK Holding S.A.

CNPJ/MF nº 37.863.454/0001-04 - NIRE 35.300.558.065
Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas ("Acionistas") da **OAK Holding S.A.** ("Companhia") a se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), a realizar-se de forma exclusivamente digital, no dia **11 de fevereiro de 2026**, às 11h00, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), com a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) Deliberar sobre a alteração da composição do Conselho de Administração, com o aumento do número de membros para até **7 (sete)** conselheiros, bem como a eleição dos novos membros; (ii) Deliberar sobre a aprovação e a implementação, pela Companhia, de todos os atos necessários à realização da Reorganização Societária (*Corporate Reorganization*), nos termos do Artigo 2.6. do Acordo de Acionistas e seu *Exhibit 2.6*; (iii) Deliberar sobre a criação, aprovação e implementação do Plano de Opção de Compra de Ações (*Stock Option Plan*) da Companhia, na forma e nos termos previstos no *Exhibit 3.15 – Compensation Package* do Acordo de Acionistas da Companhia; (iv) Deliberar sobre a alteração do jornal utilizado para publicações obrigatórias da Companhia para o jornal Data Mercantil; (v) Deliberar sobre a reforma e a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração proposta nos itens (i) e (iv) acima, caso sejam aprovadas; e (i) Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações, se aprovadas. A assembleia será realizada por meio da Plataforma Digital, cujo link de acesso será disponibilizado aos Acionistas que manifestarem interesse em participar, mediante envio de solicitação por e-mail: renata.leixeira@oakberry.com, até 2 (dois) dias antes da data da assembleia. **Informações Gerais:** 1. **Credenciamento dos Acionistas.** Os acionistas, pessoalmente ou por meio de procurador, poderão participar da AGE virtualmente. Para tanto, deverão solicitar sua habilitação até as 11h00 do dia 9 de fevereiro de 2026, mediante envio dos seguintes dados ao e-mail renata.leixeira@oakberry.com: (i) Nome completo ou razão social; (ii) CPF ou CNPJ (conforme o caso); (iii) Dados de contato (e-mail e telefone); e (iv) Instrumento de representação conforme indicado no item 1.2. abaixo. Após a verificação dos documentos, será enviado, ao e-mail indicado, o link de acesso exclusivo à Plataforma Digital. O link é pessoal, intransferível e não poderá ser compartilhado com terceiros. Caso o Acionista habilitado não receba o link com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização da AGE, deverá contatar a Companhia até as 18h00 do dia 10 de fevereiro de 2026, pelo e-mail renata.leixeira@oakberry.com. A Companhia recomenda que o acesso à plataforma seja feito com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, para assegurar a validação do credenciamento. 1.2. **Documentos Necessários para a Participação.** Poderão participar da AGE os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, observado o artigo 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações que apresentaram os seguintes documentos: (i) *Pessoa física*: documento de identidade com foto, caso o Acionista seja pessoa física; (ii) *Pessoa jurídica*: último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) *Fundo de investimento*: último regulamento consolidado do fundo de investimento, o estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Se houver representação por procurador, o instrumento de mandato deverá observar o § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. 1.3. **Informações Adicionais.** A Companhia não se responsabiliza por falhas técnicas ou de conexão dos acionistas. Recomenda-se familiaridade prévia com o uso da plataforma e verificação de compatibilidade dos dispositivos de acesso. São Paulo, 03 de fevereiro de 2026. **Georgios Puccetti Frangulis – Membro do Conselho de Administração.** (04, 05 e 06/02/2026)

Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional

CNPJ/MF nº 58.138.058/0001-86 - NIRE nº 35300012178

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2025

Data, horário e local: 23/12/2025, às 15h00, na sede social da **Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional**, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.306, Conj 82, Sala 03, bairro de Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.547-005 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença dos acionistas titulares da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6404/76, conforme assinaturas apostas ao final. **Mesa:** Presidente – Sr. Luis Antonio Floriano; e Secretário – Sr. Joacks de Paula Lemos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (f) a aprovação do balanço intermediário levantado na data-base de 30/11/2025, para fins de distribuição de dividendos intercalares e intermediários; e (ii) a distribuição de dividendos intermediários com base nos valores atualmente registrados em reserva de lucros de exercícios anteriores e de dividendos intercalares correspondes ao lucro apurado no exercício social de 2025. **Deliberações:** Após análise e discussões das matérias constantes da ordem do dia, os Acionistas, por unanimidade e sem ressalvas: (f) aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no valor total de R\$ 3.452.176,28, a conta de reserva de lucros de exercícios anteriores, a serem pagos aos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, observado o cronograma de pagamento indicado abaixo; e (ii) aprovaram o balanço intermediário da Companhia levantado na data-base de 30/11/2025, decidindo, com base nele, a distribuição de dividendos intercalares no importe de R\$ 4.867.823,72, a serem pagos aos acionistas na proporção de suas participações societárias, observado o seguinte cronograma: a) pagamento de, no mínimo, 3% do saldo total remanescente deles até 31/12/2026; b) pagamento de, no mínimo, 3% do saldo total remanescente deles até 31/12/2027; e c) liquidação do saldo remanescente até 31/12/2028. O cronograma aqui indicado foi decidido em conformidade com a Lei nº 15.270, de 26/11/2025. Ficam os administradores da Companhia autorizados a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, inclusive assinar documentos e promover os devidos registros contábeis e perante os órgãos competentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, com a lavratura desta ata que, lida e achada conforme, vai por todos os presentes assinada. São Paulo, 23/12/2025. **Mesa:** Luis Antonio Floriano, Presidente; Joacks de Paula Lemos, Secretário. **Acionistas:** **Aba Infra-Estrutura e Logística S.A.,** Luis Antonio Floriano Luis Gustavo Batista; **FCA Comércio Exterior e Logística,** Luis Antonio Floriano Luis Gustavo Batista. JUCESP nº 011.948/26-7 em 27/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/02/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Cobbank Múltiplo Digital do Brasil Intermediação Financeira Ltda.

CNPJ nº 36.740.414/0001-02 – NIRE 35.630.557.518
Instrumento Particular de Alteração de Sociedade

Pelo presente instrumento particular de alteração, a parte adiante designada e qualificada, a saber: **Master Cred Intermediação Financeira Ltda.**, com sede na Avenida Yojiro Takaoka, nº 4384, Andar 7º, Sala 701, Conj 5710, Alphaville, Santana de Parnaíba - SP, CEP: 06.541.038, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.750.242/0001-26, registrada na Junta Comercial de São Paulo sob nº 35232343470 em 11/10/2018, representada por seu procurador **Ângelo Nelson Leite**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.974.031 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 914.345.728-20, domiciliado a Avenida Yojiro Takaoka, nº 4384, Andar 7º, Sala 701, Conj 5710, Alphaville, Santana de Parnaíba - SP, CEP: 06.541.038. Na qualidade de sócia da Sociedade Ltda. que gira sob a denominação de **Cobbank Múltiplo Digital do Brasil Intermediação Financeira Ltda.**, com sede Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2369, conjunto 1102, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, CEP: 01452-000. Inscrita sob o **CNPJ 36.740.414/0001-02**, devidamente registrada na Junta Comercial do estado de São Paulo sob o **NIRE 35.630.557.518**, resolve por esta forma de direito, alterar o contrato de constituição de acordo com as seguintes cláusulas e condições abaixo enunciadas: **Capítulo I - Alteração da Natureza Jurídica da Empresa: Cláusula Primeira:** Altera-se neste ato a natureza jurídica da empresa, transformando-a do tipo jurídico de empresa de Sociedade Empresária Limitada - Ltda (206-2), para Sociedade Anônima Fechada - S.A. (205-4), com alteração da denominação social, e com designação de nome fantasia. **Cláusula Segunda** - Em decorrência da deliberação acima, a sociedade passará a revestir-se na forma de Sociedade Anônima Fechada (205-4), na forma da lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.'s), adotando a nova denominação de **4 Ever Bank Múltiplo Garantias S/A**, sendo a referida sociedade denominada Companhia, e nome fantasia **4 Ever Bank**. **Capítulo II - Entrada de Novo Sócio, Cláusula Quarta** - Passa a integrar o quadro societário da empresa a **Goiânia Investimentos S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.320.266/0001-48, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG sob o NIRE 52.300.046.564, com sede na Avenida Portugal, nº 1148, Setor Marista, Goiânia/GO, CEP: 74150-030, representada neste ato por seu diretor Sr. **Ângelo Nelson Leite**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.974.031 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 914.345.728-20. **Capítulo III - Conversão das Quotas de Capital Social em Ações, Cláusula Quinta** - Ainda em decorrência da deliberação tomada no item I acima, as 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas representativas do capital social da Companhia, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios **Goiânia Investimentos S.A.** e **Master Cred Intermediação Financeira Ltda.**, converte-se em 150.000 (cento e cinquenta mil) ações. **Parágrafo Primeiro.** Com isso, o capital social ficou assim dividido, após os mencionados atos: **Sócio: Goiânia Investimentos S/A: %: 99%; Ações Subscritas: 148.500; Valor: R\$ 148.500,00. Sócio: Master Cred Intermediação Financeira Ltda.: %: 1%; Ações Subscritas: 1.500; Valor: R\$1.500,00. Total da %: 100. % Total das Ações Subscritas: 150.000. Total do Valor: R\$150.000,00.** **Capítulo IV - Alteração da Forma de Administração e Eleição de Diretoria, Cláusula Sexta** - Retira-se da sociedade na condição de Administradora a Sra. **Perola Monteiro Negro**. **Cláusula Sétima** - Altera-se a forma de administração para que esteja de acordo com a legislação vigente, para tanto elege e nomeia, nos termos do Estatuto Social ora aprovado (Anexo 1), como membro da Diretoria, para um mandato de 3 (três) anos, que se estenderá até a investidura do seu substituto eleito em Assembleia Geral, ficando desde já investido dos poderes nos termos da Lei e do Estatuto Social, para o cargo de **Diretor Presidente**, o Sr. **Weder Ernesto Mative**. **Cláusula Oitava** - Declara o Diretor Presidente, ora nomeado e sob as penas da Lei, não estarem impedidos por Lei Especial de exercerem cargos de conselheiro de administração, bem como não estão sujeitos à pena que vede, ainda que temporariamente, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não estando impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade em virtude de qualquer condenação criminal ou administrativa. **Cláusula Nona** - Toma o Diretor Presidente eleito, posse de seu cargo nesta data, mediante a assinatura do seu Termo de Posse, na forma do Anexo II, que será oportunamente transcrito no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Cláusula Décima** - Decide o Diretor eleito a não fixar nenhuma remuneração neste ato. **Cláusula Décima Primeira** - Decide o Diretor eleito a não instalar um Conselho Fiscal neste ato. **Capítulo V - Aprovação do Estatuto Social e Boletim de Subscrição das Ações, Cláusula Décima Segunda** - Aprovam nesta data a alteração do Contrato Social para Estatuto Social, bem como o Boletim de subscrição de todas as ações, na forma do Anexo III. **Capítulo VI - Do Objeto Social, Cláusula Décima terceira** - A sociedade passa a ter por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: *CNAE 66.13-4-00 - Administração de cartões de crédito; CNAE 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; CNAE 64.99-9/99 - Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; CNAE 66.19-3/99 - Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente; CNAE 64.63-8/00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings; CNAE 74.90-1/04 - Atividades de intermediação e agendamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.* **Capítulo VII - Quitação da Administração Anterior: Cláusula Décima Quarta** - A Sociedade e os sócios, dão neste ato, a mais plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação com relação aos direitos e obrigações decorrentes da relação havida na administração anterior, declarando nada ter a reclamar um do outro a qualquer título ou pretexto. **Capítulo VIII - Deliberações Finais:** Estando assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular em 3 (três) vias de igual teor. *São Paulo, 06 de novembro de 2024. Acionistas presentes: Goiânia Investimentos S.A. Neste ato representada por: Ângelo Nelson Leite; Master Cred Intermediação Financeira Ltda., Neste ato representada por: Ângelo Nelson Leite. Diretor Eleito: Weder Ernesto Motive. Advogada Responsável: Riley Mateus dos Santos OAB/SP nº 424.696. JUCESP/NIRE nº 3530065660-1. JUCESP nº 46.413/25-0 em 30/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral /em Exercício.*

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I - Denominação, Sede, Foro e Prazo De Duração, Artigo 1º - 4 Ever Bank Múltiplo Garantias S.A. é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.'s."), e suas alterações posteriores. **Artigo 2º** - A Sociedade tem sua sede e foro à Avenida Brigadeiro Faria Uma, 2369, conjunto 1102, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, CEP: 01452-000, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filial e escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Capítulo II - Objeto Social, Artigo 3º** - O objeto social da sociedade será: CNAE 66.13-4-00 - Administração de cartões de crédito; CNAE 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; CNAE 64.99-9/99 - Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; CNAE 66.19-3/99 - Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente; CNAE 64.63-8/00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings; CNAE 74.90-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral exceto imobiliários. §1º. Atuar como instituição de meios e arranjos de pagamentos, podendo realizar toda e qualquer transação de pagamento, abrangendo o ato de pagar, de aportar, de transferir ou de sacar recursos, de gerir contas de pagamento e de emitir instrumentos de pagamentos, independentemente e de quaisquer obrigações subjacentes entre o pagador (pessoa natural ou jurídica que autoriza a transação de pagamento) e o recebedor (pessoa natural ou jurídica que e o destinatário final dos recursos de uma transação de pagamento), prestar serviços relacionados à solução, coleta, identificação e repasse de pagamentos, incluindo, mas não se limitando a aqueles realizados por intermédio da Internet, bem como quaisquer outros arranjos de pagamento permitidos pela regulamentação aplicável; §2º *Concessão de garantias contra riscos:* a) Em contratos próprios com terceiros; b) Em contratos de terceiros com a administração pública, na forma do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, (a) através de caução em títulos da dívida pública emitidos mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia, & ou, (b) pela caução de títulos da dívida pública com emissão direta, previstos no parágrafo único do Art. 2º da Lei nº 10.179/2001 (com exceção de títulos da Dívida Agrária "TDA") c) Em contratos entre terceiros, respaldadas numa das seguintes formas previstas na legislação brasileira Art. 66 §3º da Lei 4728/65 c/c Art. 18 da Lei 9514/97, artigos 294, 300 §1º a 311 da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), artigos 333, inciso III, 805, 818 a 839 e 1.400 da Lei 10.406/2002 (Código Civil). §3º A Sociedade poderá promover a aquisição de direitos creditórios tributários para pagamento (próprios ou de terceiros) de débitos federais, estaduais e municipais; bem como promover a compra e venda de precatórios e ou títulos públicos, a fim de garantir as operações contratuais de terceiros que estejam subordinadas a Lei 8.666/93, a aquisição de direitos creditórios privados e as atividades de intermediação de negócios voltados a espaldar a sociedade na atividade de prestação de serviços de garantias fidejussórias, a partir de ativos adquiridos e ou disponibilizados por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas. §4º A Sociedade poderá também participar como sócia de outras Sociedades, na qualidade de consta, acionista, coligada ou de outra forma legalmente admissível na legislação. §5º Para efeito de compreensão quanto a natureza dos instrumentos a serem emitidos pela Sociedade e os seus significados: §6º Para a concessão de garantias a terceiros, a Sociedade deverá em considerar os requisitos de ordem objetiva, partir da concepção de qualquer espécie de contrato (público e privado), tendo, todavia, a natureza assessoria em relação a obrigação principal e a possibilidade de ser objeto de garantia de eventual dívida Futura; e de ordem subjetiva, pela possibilidade de a Sociedade exercer a livre disposição de seus bens e direitos o em de prestar garantias, devendo ainda os Instrumentos de Garantia que vierem a ser emitidos pela Sociedade em favor de terceiros, impor o caráter oneroso aos mesmos. §7º **REAL:** Garantias emitidas em respaldo de obrigações contratuais ou processuais de terceiros, e que confirmam ao(s) Beneficiário(s) / Credor(es) o direito de se fazer pagar, com prioridade ou preferência, no caso de inadimplência do(s) Garantido(s) / Afiançado(s) / Devedor(es), através de lastro(s) vinculado(s) ao(s) respectivo(s) instrumentos(s) (mobiliários ou imobiliários, tangíveis ou intangíveis, oferecidos pelo Garantidora ou por terceiros solidários/subsidiários e/ou associados). §8º **FIDEJUSSÓRIA:** ou caução fidejussória, por meio da qual a Sociedade garante com o seu patrimônio líquido e penhorável, o adimplemento de uma ou mais obrigações contraídas por terceiros caso ele não o faça. O núcleo deste importante instituto jurídico e a disponibilidade do patrimônio da sociedade em favor do(s) beneficiário(s) / (credor(es) e/ou do juiz(o) processantes) e não a natureza institucional da Sociedade - Se corporação bancária ou se de outra natureza corporativa. **Capítulo III - Capital Social e Ações: Artigo 4º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dividido em 150.000 (cento e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. §1º. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto na Assembleia Geral. **Artigo 5º.** Os acionistas, na proporção das ações que possuírem, terão direito de preferência para a subscrição de novas ações e/ou de valores mobiliários conversíveis em ações. §1º. O prazo para exercício do direito de preferência será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação no Diário Oficial, da ata de autorização do respectivo aumento ou do competente aviso. A Assembleia Geral que autorizar a emissão poderá ampliar o prazo mencionado, até o dobro. §2º. *Nos aumentos de capital*, mediante subscrição de ações ou conversão nestas de títulos ou créditos, a Assembleia Geral poderá estabelecer que às novas emitidas sejam atribuídos dividendos calculados "pro rata temporis", tendo em vista a época de aprovação do aumento de capital, desde que seja dado conhecimento antecipado do fato aos interessados. **Artigo 6º.** Os certificados representativos das ações serão sempre assinado pelos Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Sociedade emitir títulos múltiplos ou cautelas. **Artigo 7º.** O montante a ser pago pela Sociedade a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Capítulo IV - Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 8º** - As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. **Artigo 9º** - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. **Artigo 10º** - As Assembleias Gerais de Acionistas, ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas por qualquer Acionista ou pelo Diretor Presidente e serão presididas por um dos Acionistas indicados entre os presentes, que, por sua vez, deverá indicar, dentre os presentes, o Secretário. **Capítulo V - Administração da Sociedade, Artigo 11º** - A administração da Sociedade compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. §1º. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. §2º - A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração total dos membros da Diretoria, cabendo a esta deliberar sobre a sua distribuição a seus membros. **Capítulo VI - Diretoria: Artigo 12º** - A Diretoria será composta por 01 (um) Diretor, Acionista ou não, residente no país, eleito pela Assembleia Geral de Acionistas, e por esta destituíveis a qualquer tempo, para um Parágrafo Único - Na caso de vacância de cargo de Diretor Presidente, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) dias, contados da vacância. **Artigo 13º** - Compete à Diretoria a representação da Sociedade, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou no presente Estatuto Social; ou a) Isoladamente por um procurador devidamente constituído pela sociedade. **Artigo 14º** - O Diretor Presidente terá poderes específicos para: a) Dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores; b) Coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Sociedade, bem como a sua apresentação aos Acionistas; e) Supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; d) Convocar a Assembleia Geral de Acionistas. § 1º. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. **Artigo 15º** - Observadas as disposições contidas no presente Estatuto Social, a representação da Sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, compete, obrigatoriamente ao Diretor Presidente. Parágrafo único. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. **Artigo 16º** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionária que e envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossas ou quaisquer outros garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral de Acionistas. **Artigo 17º** - As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente, sempre que o interesse social assim exigir, senda as deliberações tomadas por maioria de voto dos presentes, tendo o Diretor Presidente o voto qualificado em caso de desempate. **Capítulo VII - Conselho Fiscal: Artigo 18º** - O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado, mediante deliberação dos Acionistas, conforme previsto em lei. **Artigo 19º** - O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e par igual número de suplentes, efeitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandata previstos em lei. Parágrafo Único - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Capítulo VIII - Exercício Social e Lucros: Artigo 20º** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. §1º - Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 596 (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 2096 (vinte por cento) do capital social. §2º - Os Acionistas têm direito a um dividendo não cumulativo de pelo menos 2596 (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. §3º - O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. §4º - A Sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. §5º - Observadas as disposições legais pertinentes, a Sociedade poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio e a compor o dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo IX - Foro: Artigo 21º** - A Sociedade, seus acionistas e administradores comprometem-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, especialmente aquelas relacionadas à aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e respectivos efeitos das disposições deste Estatuto Social e da Lei nº 6.404/76, pelo Foro da Comarca de São Paulo/SP. **Capítulo X - Liquidação: Artigo 22º** - A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Capítulo XI - Acordo de Acionistas: Artigo 23º** - A Companhia observará o(s) acordo(s) de acionistas arquivado(s) em sua sede e que esteja(m) em vigor na data da deliberação aplicável, pelo que fica vedado, (i) aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou da administração, acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida com o que tiver sido ajustado no referido acordo; e (ii) à Companhia, aceitar proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado no acordo de acionistas. Em caso de dúvidas sobre o disposto no presente Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, deverá prevalecer o estabelecido no Acordo de Acionistas. **Capítulo XII - Disposições Gerais:** Artigo 249 - As omissões deste Estatuto serão supridas mediante aplicação das normas legais em vigor sobre sociedades por ações, em especial a Lei das S.A.'s. Confere com o original lançado no livro próprio.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/02/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

